

Com o objetivo de demonstrar o desempenho do Município de Rio das Ostras no 1º Quadrimestre de 2010, em relação aos limites estabelecidos pela Constituição Federal e Lei Complementar nº 101/2000 e com a finalidade de dar transparência no cumprimento das normas voltadas para a responsabilidade do Administrador Público na gestão fiscal, tendo como sustentáculo a parceria do Poder Legislativo, vimos apresentar os diversos aspectos que contemplam a Execução Orçamentária e demonstrar os resultados fiscais alcançados no período.

O XVI Fórum Municipal de Planejamento e Orçamento - Audiência Pública, que será realizado em 28 de maio de 2010, tratará da Prestação de Contas do 1º Quadrimestre de 2010.

Como fonte de informação foram utilizados o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Relatório de Gestão Fiscal, complementados pela Secretaria Municipal de Fazenda.

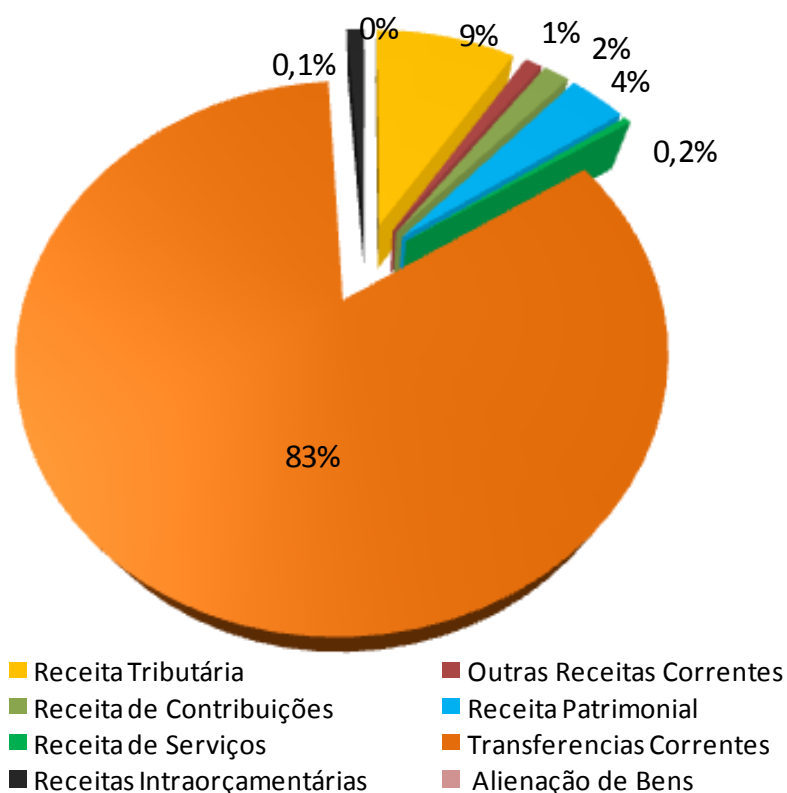
## EXECUÇÃO DA RECEITA - GERAL

Demonstramos abaixo, a Execução Orçamentária da Receita Arrecadada até o 1º Quadrimestre de 2010.

Em R\$ Mil

Especificação	Receita Arrecadada
<b>Receitas Correntes</b>	<b>176.139,2</b>
<i>Receita Tributária</i>	<b>15.894,3</b>
Impostos	14.431,2
Taxas	1.463,1
<i>Receita de Contribuições</i>	<b>2.956,6</b>
Contribuições Sociais	1.369,8
Contribuições Econômicas	1.586,8
<i>Receita Patrimonial</i>	<b>6.407,8</b>
Receitas de Valores Mobiliários	6.407,8
<i>Receita de Serviços</i>	<b>833,1</b>
<i>Transferências Correntes</i>	<b>148.069,4</b>
Transferências Intergovernamentais	148.069,4
<i>Outras Receitas Correntes</i>	<b>1.978,0</b>
Multas e Juros de Mora	550,0
Indenizações e Restituições	94,0
Receita da Dívida Ativa	1.267,7
Receitas Diversas	66,3
<b>Receitas de Capital</b>	<b>5,3</b>
<i>Alienação de Bens</i>	<b>5,3</b>
Alienação de Bens Imóveis	5,3
<b>Receitas Intraorçamentárias</b>	<b>1.973,0</b>
Receita de Contribuições	1.973,0
<b>TOTAL DA RECEITA LIQUIDA</b>	<b>178.117,5</b>

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduções da receita para formação do FUNDEB



## EXECUÇÃO DA RECEITA

Comparando a arrecadação do 1º Quadrimestre de 2010 em relação ao 1º Quadrimestre de 2009, verificamos um aumento na arrecadação equivalente a 61,64%, conforme demonstrado abaixo.

Em R\$ Mil

Especificação	2009	2010
<b>Receitas Correntes</b>	<b>108.041,7</b>	<b>176.139,2</b>
Receita Tributária	14.791,2	15.894,3
Receita de Contribuições	1.723,4	2.956,6
Receita Patrimonial	6.462,8	6.407,8
Receita de Serviços	941,6	833,1
Transferências Correntes	82.304,6	148.069,4
Outras Receitas Correntes	1.818,1	1.978,0
<b>Receitas de Capital</b>	<b>-</b>	<b>5,3</b>
Alienação de Bens	-	5,3
<b>Receitas Intraorçamentárias</b>	<b>1.741,4</b>	<b>1.973,0</b>
Receita de Contribuições	1.741,4	1.973,0
<b>Total</b>	<b>109.783,1</b>	<b>178.117,5</b>

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduções da receita para formação do FUNDEB



**109.783,1**

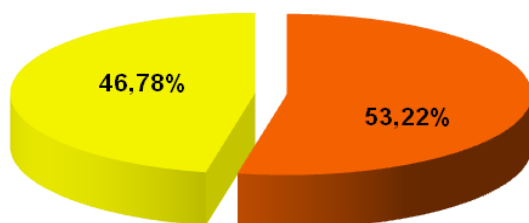
**178.117,5**

## EXECUÇÃO DA RECEITA - ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL

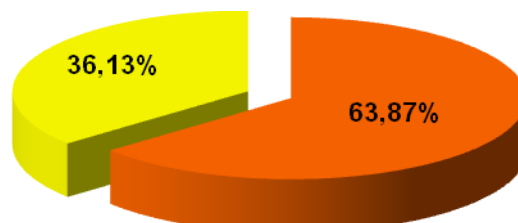
Destacam-se os valores referentes às transferências dos recursos *ROYALTIES* E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL de R\$ 113,76 milhões, que representaram aproximadamente 63,87% da arrecadação municipal no 1º quadrimestre de 2010.

Em R\$ Mil

Royalties e Participação Especial				
	2009		2010	
 Transferencias <i>ROYALTIES</i> e P.E	58.428,9	53,22%	113.766,3	63,87%
 Outros Recursos	51.354,2	46,78%	64.351,2	36,13%
<b>Total</b>	<b>109.783,1</b>	<b>100%</b>	<b>178.117,5</b>	<b>100%</b>

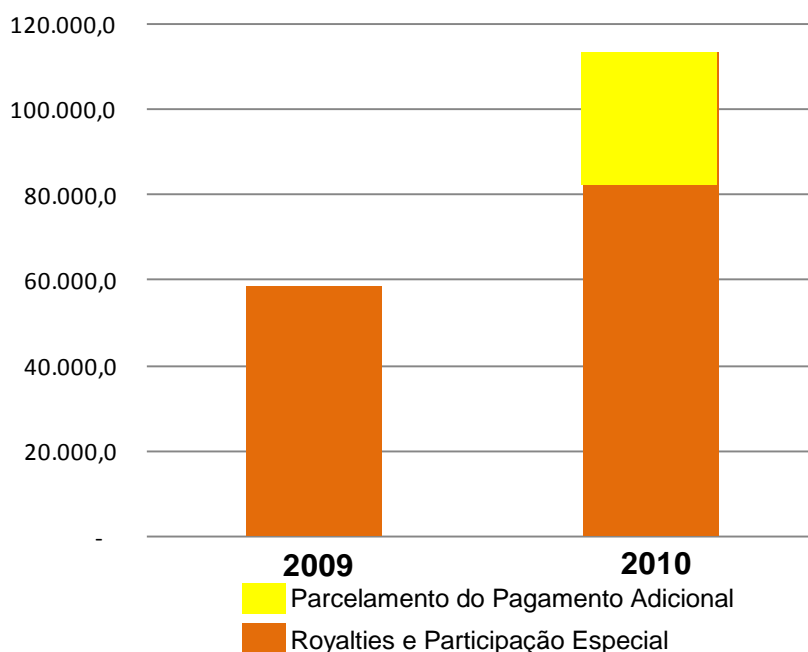


**2009**



**2010**

Comparando o comportamento das transferências dos recursos royalties e participação especial no 1º Quadrimestre de 2010, fica demonstrado um aumento em relação ao mesmo período de 2009, em torno de 94,71%, em valores R\$ 55,37 milhões, sendo R\$ 31,39 milhões provenientes do parcelamento do pagamento adicional da Participação Especial do Campo de Marlim, na Bacia de Campos, distribuído pela ANP.



## DESPESA COM PESSOAL

Destacamos, por sua relevância para a Administração Municipal e para a Lei de Responsabilidade Fiscal, o demonstrativo da participação da despesa com pessoal e encargos sociais, em relação à Receita Corrente Líquida. Segundo a Lei, a despesa com pessoal incorridas nos últimos 12 meses não deve ultrapassar 60% da Receita Corrente Líquida.

Em R\$ Mil

<b>DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA</b>	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	
Receita Tributária	43.544,3
Receita de Contribuições	9.234,5
Receita Patrimonial	15.746,2
Receita de Serviços	2.362,0
Transferências Correntes	389.100,3
Outras Receitas Correntes	5.429,4
( - ) Dedução da Receita Corrente	(12.710,2)
( - ) Compensação Financeira entre Reg. Previd.	(11,2)
( - ) Contribuição para RPPS	(5.020,6)
<b>TOTAL RECEITA CORRENTE LIQUIDA</b>	<b>447.674,7</b>

Nota: Para efeito deste demonstrativo foram consideradas as deduções da receita para formação do FUNDEB

Em R\$ Mil

<b>DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</b>	
Pessoal Ativo	140.158,5
Pessoal Inativo	1.368,5
Outras Despesas de Pessoal Dec. Contr. Terceirização	1.577,0
( - ) Inativos e Pensionistas c/ Rec. Vinculados	(1.366,3)
<b>TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS</b>	<b>141.737,7</b>

Em R\$ Mil

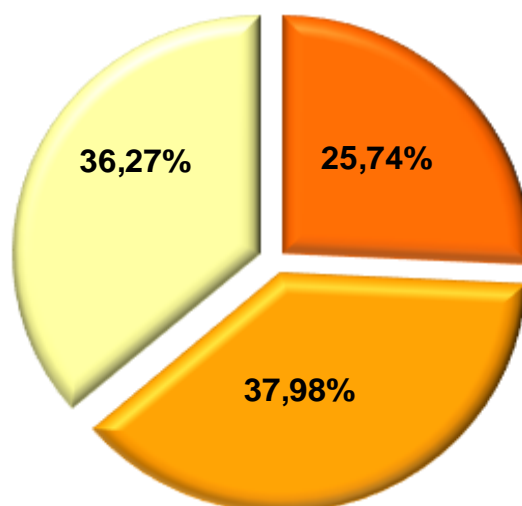
<b>DEMONSTRATIVO DOS LIMITES</b>		
Limite Legal (inciso III, art. 19 da LRF)	60,00%	268.604,8
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	57,00%	255.174,6
Total da Despesa com Pessoal	31,66%	141.737,7

## DESPESA COM PESSOAL

Ao analisarmos o gasto com pessoal, no 1º Quadrimestre, podemos observar a ênfase dada às áreas de Educação e Saúde.

Em R\$ Mil

Unidades	Gasto com Pessoal	%
Folha da Secretaria Municipal de Educação	12.062,0	25,74%
Folha da Secretaria Municipal de Saúde	17.797,5	37,98%
Somatório das Folhas das Demais Unidades	16.996,7	36,27%
<b>Total da Folha</b>	<b>46.856,2</b>	<b>100,00%</b>



## DESPESA COM SAÚDE

Apurando o atendimento aos limites constitucionais relativos às ações e serviços públicos de saúde, constatamos que o percentual constitucional obrigatório é de 15%. Em nosso caso, no 1º Quadrimestre aplicamos 31,42% destas receitas. Vale destacar que o gasto do município, acima do valor obrigatório, foi de R\$ 6.822.528,78. Abaixo demonstramos estes dados.

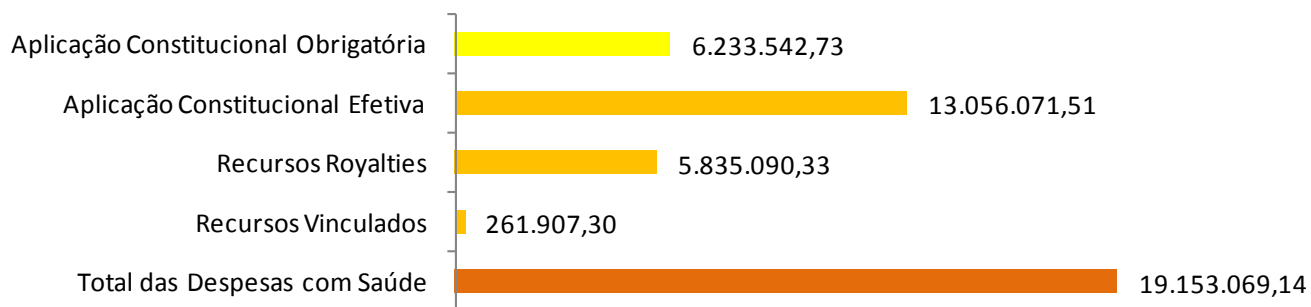
RECEITA	R\$
<b>Impostos - (A)</b>	<b>14.431.188,52</b>
IPTU	5.320.466,24
IRRF	1.991.474,58
ITBI	2.546.716,13
ISS	4.572.531,57
<b>Transferências da União - (B)</b>	<b>6.092.659,85</b>
Cota-Parte FPM - (100%)	5.985.824,48
Cota-Parte ITR	19.296,13
Transf. Financeira ICMS Desoneração - (100%)	87.539,24
<b>Transferências do Estado - (C)</b>	<b>19.420.313,98</b>
Cota-Parte ICMS - (100%)	16.379.570,48
Cota-Parte IPVA	2.673.390,44
Cota-Parte IPI - (100%)	367.353,06
<b>Demais Receitas Correntes - (D)</b>	<b>1.612.789,16</b>
Multas, Juros de Mora Impostos	468.824,98
Divida Ativa dos Impostos	1.143.964,18
<b>Total</b>	<b>41.556.951,51</b>
<b>Limite Constitucional Gastos com Saúde</b>	<b>6.233.542,73</b>

DESPESA	R\$
<b><u>Função 10 - SAÚDE</u></b>	
10.122 Administração Geral	1.325.834,48
10.301 Atenção Básica	2.823.341,24
10.302 Assitência Hospitalar e Ambulatorial	8.143.967,53
10.305 Vigilância Epidemiológica	762.928,26
<b>TOTAL GERAL DESPESA COM SAÚDE</b>	<b>13.056.071,51</b>

## DESPESA COM SAÚDE

Além dos gastos obrigatórios, o município aplicou R\$ 5.835.090,33 com receitas de *Royalties* e R\$ 261.907,30 com recursos vinculados.

Ações de Serviços Públicos de Saúde		
Aplicação Constitucional Obrigatória	15,00%	6.233.542,73
Aplicação Constitucional Efetiva	31,42%	13.056.071,51
Recursos Royalties	30,47%	5.835.090,33
Recursos Vinculados	1,37%	261.907,30
<b>Total Aplicado</b>	<b>100%</b>	<b>19.153.069,14</b>





## DESPESA COM EDUCAÇÃO

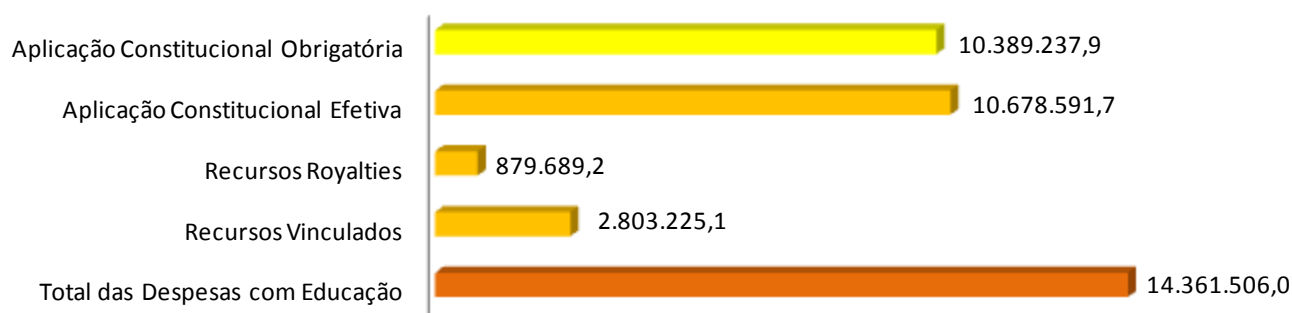
O Limite mínimo obrigatório de gastos no exercício com a manutenção e o desenvolvimento do ensino é de 25% das receitas previstas na Constituição Federal. Rio das Ostras aplicou 25,70% no 1º Quadrimestre de 2009, como demonstrado a seguir.

RECEITA	R\$
<b>Impostos - (A)</b>	<b>14.431.188,52</b>
IPTU	5.320.466,24
IRRF	1.991.474,58
ITBI	2.546.716,13
ISS	4.572.531,57
<b>Transferências da União - (B)</b>	<b>6.092.659,85</b>
Cota-Parte FPM - (100%)	5.985.824,48
Cota-Parte ITR	19.296,13
Transf. Financeira ICMS Desoneração - (100%)	87.539,24
<b>Transferências do Estado - (C)</b>	<b>19.420.313,98</b>
Cota-Parte ICMS - (100%)	16.379.570,48
Cota-Parte IPVA	2.673.390,44
Cota-Parte IPI - (100%)	367.353,06
<b>Demais Receitas Correntes - (D)</b>	<b>1.612.789,16</b>
Multas, Juros de Mora Impostos	468.824,98
Divida Ativa dos Impostos	1.143.964,18
<b>Transferência do FUNDEB - (E)</b>	<b>10.571.757,25</b>
<b>BASE DE CÁLCULO EDUCAÇÃO = ( A+B+C+D)</b>	<b>41.556.951,51</b>
<b>( - ) Deduções para Formação do FUNDEB</b>	<b>5.102.637,82</b>

DESPESA	R\$
<b>Função 12 - EDUCAÇÃO</b>	<b>5.643.802,33</b>
12.361 Ensino Fundamental - (G)	4.511.596,72
12.362 Ensino Médio	67.848,44
12.365 Educação Infantil - (L)	1.064.357,17
<b>FUNDEB - (Recurso Vinculado) - ( I )</b>	<b>6.268.841,40</b>
12.361 Ensino Fundamental	4.815.973,37
Pessoal de Apoio	686.032,91
Magistério - (M)	4.129.940,46
12.365 Educação Infantil	1.452.868,03
Pessoal de Apoio	258.095,35
Magistério	1.194.772,68
12.367 Educação Especial	149.344,38
<b>TOTAL GERAL DESPESA COM EDUCAÇÃO</b>	<b>12.061.988,11</b>
<b>( - ) GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB ( J ) = (E-F)</b>	<b>5.469.119,43</b>
<b>TOTAL APLICADO NA EDUCAÇÃO = (F+G+L)</b>	<b>10.678.591,71</b>

## DESPESA COM EDUCAÇÃO

Manutenção e Desenvolvimento da Educação		
Aplicação Constitucional Obrigatória	25,00%	10.389.237,88
Aplicação Constitucional Efetiva	25,70%	10.678.591,71
Recursos Royalties	6,13%	879.689,19
Recursos Vinculados	19,52%	2.803.225,08
<b>Total das Despesas com Educação</b>	<b>100,00%</b>	<b>14.361.505,98</b>



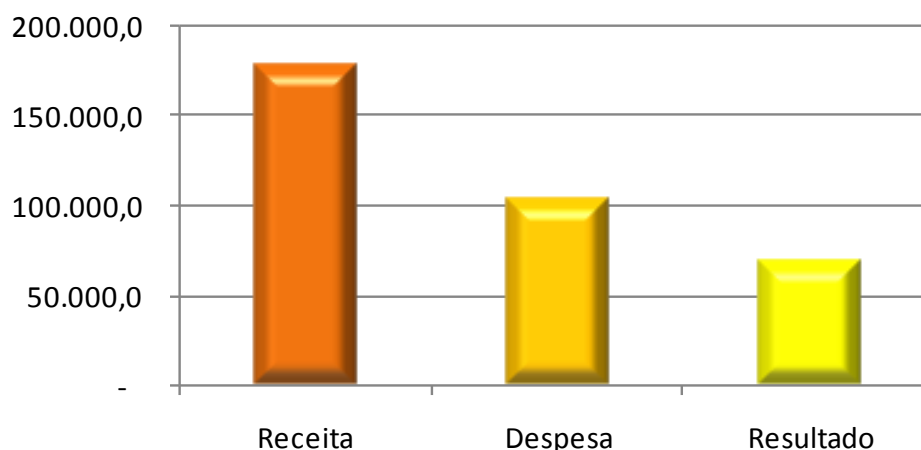
Utilizando os recursos provenientes dos *royalties* e recursos vinculados, que não fazem parte das receitas previstas na Constituição Federal, o município aplicou, respectivamente R\$ 879.689,20 e R\$ 2.803.225,10 nos investimentos com Educação.

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Execução Orçamentária apresentada foi apurada considerando os ingressos de natureza orçamentária e as despesas liquidadas pelo Município incluindo Administração Direta e Indireta durante o 1º Quadrimestre, demonstrando a participação da despesa liquidada sobre a receita arrecadada.

Em R\$ Mil

RECEITAS		DESPESAS	
Receitas Arrecadadas	178.117,5	Despesas Liquidadas	108.945,4
		Resultado Orçamentário Positivo	<b>69.172,1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>178.117,5</b>	<b>TOTAL</b>	<b>178.117,5</b>

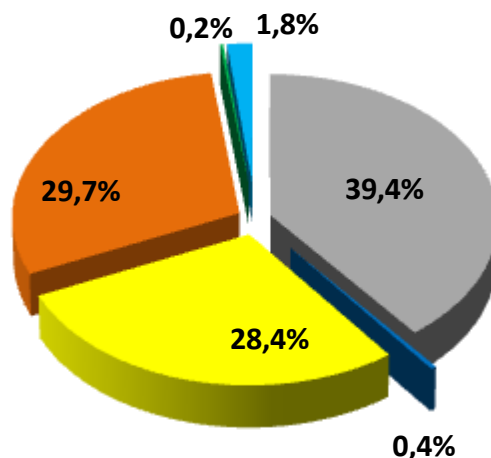


O quadro acima evidencia um Resultado Orçamentário Positivo na execução entre a receita e a despesa no exercício, o que demonstra o equilíbrio das contas públicas e a preocupação da administração pública em manter a execução da despesa no mesmo nível da arrecadação, atendendo aos princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal, de que os valores arrecadados é que devem definir o poder de gasto do Município.

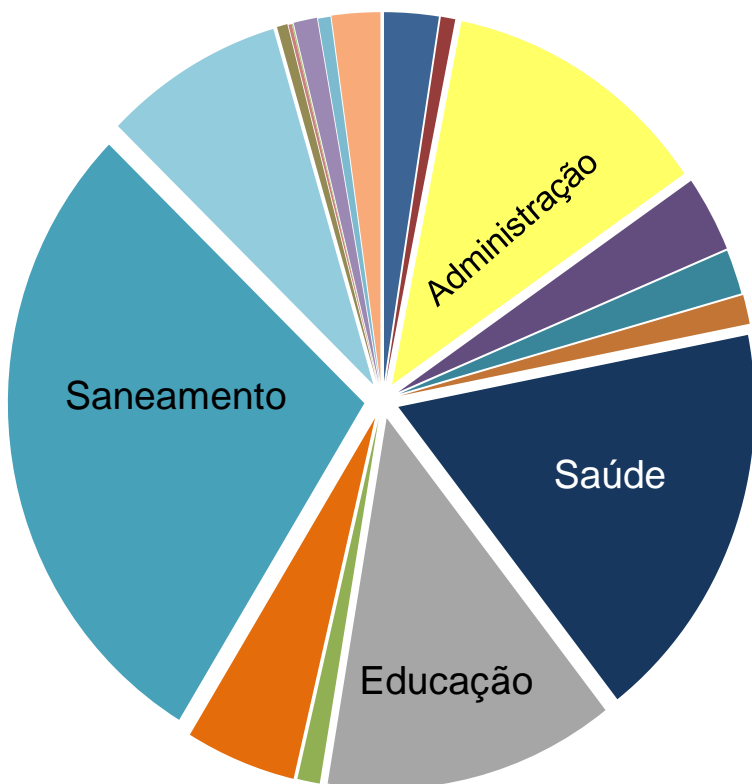
## EXECUÇÃO DA DESPESA

As despesas orçamentárias, quando classificadas por categoria econômica, se apresentam conforme a tabela e o gráfico abaixo.

	Em R\$ Mil
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>74.319,1</b>
Pessoal e Encargos Sociais	42.934,0
Juros e Encargos da Dívida	419,7
Outras Despesas Correntes	30.965,4
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>32.615,7</b>
Investimentos	32.351,3
Amortização da Dívida	264,4
<b>DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.010,7</b>
Despesas Correntes	2.010,7
<b>TOTAL</b>	<b>108.945,5</b>



No nível mais agregado da execução orçamentária da despesa, de acordo com as categorias de Função de Governo, representada abaixo, fica evidente que o volume de receita do município empregado em saúde e educação, representa aproximadamente 30,8% do total da despesa liquidada, demonstrando a prioridade dada aos investimentos sociais no município.



Função de Governo	Valor	%
Legislativa	2.691,7	2,5%
Judiciária	713,2	0,7%
Administração	<b>13.309,0</b>	12,2%
Segurança Pública	3.620,9	3,3%
Assistência Social	2.125,5	2,0%
Previdência Social	1.383,5	1,3%
Saúde	<b>19.153,1</b>	17,6%
Educação	<b>14.361,5</b>	13,2%
Cultura	1.113,2	1,0%
Urbanismo	5.474,5	5,0%
Saneamento	<b>31.153,3</b>	28,6%
Gestão Ambiental	<b>8.919,1</b>	8,2%
Ciência e Tecnologia	522,6	0,5%
Agricultura	165,9	0,2%
Industria	63,6	0,1%
Comércio e Serviços	1.156,9	1,1%
Desporto e Lazer	617,3	0,6%
Encargos Especiais	2.400,6	2,2%
<b>Total</b>	<b>108.945,4</b>	<b>100,0%</b>

Com estes dados e a realização da Audiência Pública, o município de Rio das Ostras cumpre uma de suas tarefas previstas em Lei e demonstra seu compromisso de tratar com transparência as contas municipais.

Rio das Ostras, 28 de maio de 2010.

ROSEMARIE DA SILVA E SOUZA TEIXEIRA  
Secretária Municipal de Planejamento

JOÃO BATISTA ESTEVES GONÇALVES  
Secretário Municipal de Fazenda